



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

- A Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG busca contratar empresa(s) especializada(s) no fornecimento de materiais de construção, elétricos, hidráulicos e afins, visando prover recursos essenciais para a manutenção contínua das operações administrativas e o funcionamento eficaz de suas diversas secretarias. A realização desta licitação é essencial para satisfazer as demandas operacionais de cada setor e respectivos departamentos. Durante o processo licitatório, é imperativo considerar meticulosamente a relação custo-benefício, a natureza específica dos itens, a qualidade e a economicidade para garantir a aquisição mais vantajosa e responsável para a administração pública.

### 2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

**Fundamentação:** Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

- A Lei nº 14.133/2021 instrui o Plano de Contratações Anual (PCA) como ferramenta de gestão, visando aprimorar a eficiência e a transparência nas contratações públicas. No entanto, a legislação apresenta certa flexibilidade em sua adoção, não impondo penalidades expressas pela sua não realização. A justificativa jurídica para a não elaboração do PCA pode residir na interpretação do caráter facultativo de algumas de suas disposições, considerando as especificidades de cada ente ou órgão. Isso se deve ao reconhecimento da diversidade estrutural e das diferentes capacidades operacionais entre os entes federativos, que podem enfrentar desafios distintos na implementação integral de todas as novidades trazidas pela lei. Portanto, embora a não elaboração do PCA possa contrariar o espírito de planejamento e eficiência promovido pela Lei nº 14.133/2021, a ausência de uma obrigatoriedade clara e de sanções específicas para tal omissão permite argumentar, em termos jurídicos, que sua realização, embora recomendável, não é estritamente compulsória para todos os órgãos e entidades.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

- Para a contratação de materiais de construção, equipamentos e itens correlatos, será imprescindível que se cumpram integralmente os requisitos estipulados pelo inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021. As especificações técnicas deverão ser detalhadamente descritas, a qualidade dos produtos assegurada e as normas técnicas aplicáveis rigorosamente cumpridas. A seleção no processo licitatório deverá primar pelo custo-benefício e pela sustentabilidade, assegurando uma concorrência ampla e objetiva, o que culminará numa contratação que satisfaça as demandas operacionais da administração pública com eficiência e vantagem econômica.

### 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



**Fundamentação:** Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

- Os documentos que demonstram os quantitativos e as informações essenciais para a execução do objeto em questão, proporcionando uma base detalhada e abrangente para o planejamento e realização das atividades necessárias estão arrolados nos autos do processo.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

**Fundamentação:** Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

- Realizou-se um metódico levantamento de mercado, conforme estipulado pelo inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, envolvendo uma análise abrangente das alternativas disponíveis no mercado, bem como a fundamentação técnica e econômica para a escolha do tipo de solução a ser contratada. Este processo incluiu a consideração de contratações similares efetuadas por outros órgãos e entidades, visando identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações capazes de atender de maneira mais eficaz às necessidades da administração. Adicionalmente, foram promovidas consultas, audiências públicas e diálogos transparentes com potenciais contratadas, garantindo a coleta de contribuições significativas para o processo decisório, assegurando assim a seleção da solução mais vantajosa tanto em termos técnicos quanto econômicos.

## 6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da Portaria Municipal nº 31/2023).

- A estimativa de preço está detalhada na seção de pesquisa de preços do processo, apresentando o valor unitário, médio e total de cada item e lote, além do montante total registrado, oferecendo uma visão abrangente dos custos envolvidos.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da Portaria Municipal nº 31/2023).

- A solução selecionada para a licitação envolvendo materiais de construção e equipamentos se destaca por sua eficiência, qualidade e custo-benefício, conforme detalhado no Termo de Referência. Esta escolha abrange materiais duráveis, equipamentos modernos, e inclui requisitos específicos para manutenção e assistência técnica, garantindo rápida resposta e mínimas interrupções operacionais. Essa abordagem visa otimizar o investimento e assegurar a sustentabilidade operacional dos projetos da administração pública.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

**Fundamentação:** Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da Portaria Municipal nº 31/2023).

- O parcelamento foi uma estratégia adotada visando aprimorar a eficiência do processo. Os lotes foram cuidadosamente organizados, considerando as especificidades de cada item. Itens com propósitos similares foram agrupados em lotes para promover a padronização e evitar possíveis contratempos para o município. Cada detalhe foi minuciosamente analisado para garantir a



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



integridade de todas as partes envolvidas. Por exemplo, materiais elétricos, de pintura, minerais, entre outros, foram agrupados de maneira criteriosa.

## 9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

**Fundamentação:** Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

- A contratação tem por finalidade o perfeito cumprimento de suas funções institucionais, e prover os meios que possibilitem a execução de suas metas é imprescindível para que os mesmos atendam adequadamente às necessidades do que nos propomos a executar em benefício da coletividade, enquanto serviço público, buscando sempre a melhoria dos serviços prestados por este órgão, para o alcance e sucesso da atuação administrativa das Secretarias..

## 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

**Fundamentação:** Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

- Não se aplica

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

**Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

- Não se aplica.

## 12. IMPACTOS AMBIENTAIS

**Fundamentação:** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

- Não se aplica

## 13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

- A contratação é considerada adequada para atender as necessidades específicas, baseada em uma análise técnica e econômica detalhada. Garante-se que a opção escolhida oferece a melhor relação custo-benefício, alinhando-se aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e eficiência, conforme o inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

São Geraldo/MG, 27 de fevereiro de 2024.

---

Elir Alvim da Silva  
Chefe da Divisão de Obras e Infraestrutura